## Lei facilita casamento de deficiente intelectual

Antes do Estatuto da Pessoa com Deficiência, pessoas com deficit cognitivo só podiam se casar no civil se conseguissem vencer um burocrático e demorado processo judicial

Ricardo Westin

A ATRIZ RITA Pokk, de 36 anos, ainda se emociona quando lembra o dia em que se casou, em 2003, com o também ator Ariel Goldenberg, de 35 anos. Como ela é católica e ele é judeu, o casal optou por uma cerimônia ecumênica, em São Paulo, conduzida por um padre e um rabino.

- Foi o dia mais feliz da minha vida — ela conta. — Entrei de braço dado com meu pai. Ele ainda era vivo. Tudo estava lindo. O coração do Ariel estava quase saindo pela boca, de tanta alegria. Foi um grande sonho que meu marido e eu realizamos.

Rita e Ariel têm síndrome de Down e ficaram famosos depois de protagonizar o premiado filme Colegas, lançado em 2013. Estão juntos até hoje. O casamento, porém, foi só religioso. Eles celebraram a união num momento em que as leis brasileiras impediam que pessoas com algum tipo de deficiência intelectual se casassem livremente no civil.

Para que pudessem se casar no cartório, essas pessoas precisavam percorrer um longo e tortuoso caminho. Primeiro, os pais ou os responsáveis legais tinham que consentir. Depois, era preciso elaborar uma ação judicial pedindo que o juiz assinasse a liberação.

O processo se arrastava por meses, às vezes por mais de um ano. E não havia garantia de sucesso. Os juízes mais conservadores simplesmente vetavam casamentos desse tipo, ainda que a deficiência fosse leve.

Rita e Ariel preferiram não se desgastar com tantos obstáculos burocráticos. Mas tudo mudou. Se desejarem, eles agora poderão oficializar o casamento num cartório sem nenhum entrave. Em janeiro entrou em vigor o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146), que enterrou os impedimentos legais.



Thiago e Ione, que têm deficiência intelectual, com a filha Ana Luíza, sem deficiência

Como qualquer casal, bastará que os noivos apresentem os documentos, levem as testemunhas e assinem um papel em que atestam que a união se dará por livre e espontânea vontade. Nada mais do que isso.

O senador Paulo Paim (PT-RS) é o autor do projeto que deu origem ao Estatuto da Pessoa com Deficiência. Para a aprovação, foi decisiva a atuação do senador Romário (PSB-RJ), que foi relator da proposta. Para Romário, a lei corrige uma injustiça histórica:

— Os direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com deficiência intelectual são os mesmos de qualquer cidadão. E também os direitos civis, entre os quais se inclui o casamento. Privá-las de exercer esses direitos só fortalece o preconceito da sociedade.

#### Número subestimado

De acordo com o IBGE, 0,8% da população brasileira tem algum tipo de deficiência intelectual. Em números absolutos. haveria 1,6 milhão de pessoas nessa situação — o equivalente a toda a população do Recife. Para especialistas, a cifra é subestimada, pois muitas famílias escondem a informação por vergonha ou então desconhecem que há alguém com deficiência intelectual em casa por falta de diagnóstico.

Até algum tempo atrás chamada de retardo mental — hoje esse termo é pejorativo —, a deficiência intelectual se origina em alguma alteração no funcionamento cerebral. Como resultado, a pessoa tem dificuldade para adquirir e processar o conhecimento, o que provoca alguma limitação na vida social.

Algumas pessoas com deficit de inteligência não conseguem ler e escrever ou lidar com dinheiro. Outras não percebem situações que as colocam em perigo. Outras não entendem que certos comportamentos só são

> e Forrest Gump, protagonista do filme homônimo. O nível de comprometimento intelectual é muito variável. Enquanto uma parte tem um grau de deficiência muito profundo e não é capaz de levar uma vida autônoma, a outra parte consegue levar uma vida muito próxima do normal — estudam, trabalham, se casam e têm filhos.

Neste segundo grupo se encaixam Thiago Neves, de 31 anos, e Ione de Aquino, de 28 anos. Eles vivem numa casa pequena em Planaltina, cidade da periferia do Distrito Federal, onde criam



uma filha de 6 anos sem nenhum

tipo de deficiência e estão à

espera do nascimento de mais

Thiago e Ione têm dificuldade

com as letras e os números. Gra-

ças a cursos profissionalizantes

específicos para pessoas com

deficiência intelectual oferecidos

pela Apae de Brasília, cada um

foi contratado por um supermer-

cado. Eles fazem trabalhos des-

complicados, como empacotar

mercadorias e entregar compras

uma menina

permitidos dentro de casa, e não em público. Em muitos casos, elas até conseguem aprender tudo isso, mas com orientadores bastante dedicados e de forma bem lenta

Ficção São inúmeras as causas da deficiência cognitiva e elas surgem em algum momento do delicado período que vai do encontro do espermatozoide com o óvulo aos primeiros anos de vida.

no parto (como os que levam à

falta de oxigenação no cérebro

do bebê), abandono do recém-

-nascido (como carência de

alimentação e de estímulos) e

acidentes na primeira infância

(como envenenamento, afoga-

A ficção é rica em personagens

com deficiência intelectual. Entre

os mais célebres, estão Tonho da

Lua, da novela Mulheres de Areia,

mento, asfixia e quedas).

Podem ser fatores genéticos na casa dos clientes. - Num trabalho anterior, uma (como os que levam à síndrome de Down e ao autismo), problecolega vivia me chamando de doida. Nós, que somos especiais, mas na gravidez (como mães que passam por desnutrição, usam sofremos um bullying danado. É drogas ou contraem doenças triste — lamenta Ione. como sífilis e zika), incidentes

Eles vivem juntos há quase dez anos, mas só há poucos meses oficializaram o casamento no cartório. Thiago afirma:

— Com o casamento, alguma coisa dentro de mim mudou. Acho que fiquei mais maduro e responsável. Também me sinto mais parecido com as pessoas que não são especiais.

História cruel O mundo sempre foi cruel com os deficientes. A Grécia antiga, por exemplo, valorizava o vigor físico. Por essa razão, os bebês que nasciam com algum tipo de deficiência eram abandonados ou sacrificados. Com a hegemonia do cristianismo na Idade Média, os europeus passaram a aceitar os deficientes como filhos de Deus. Eles, porém, não tinham o direito de viver em sociedade e eram enviados para instituições religiosas, onde eram mantidos enclausurados.

A Inquisição mandou muitas pessoas com deficiência intelectual para a fogueira. A dificuldade de interação social era por vezes tomada como atitude demoníaca. No século passado, os nazistas as levavam para campos de concentração, onde eram cobaias de violentos experimentos científicos, faziam trabalhos forçados ou eram simplesmente executadas. No Brasil, deficientes intelectuais eram internados em hospícios

até o início dos anos 2000. Segundo especialistas, quanto mais se estimulam essas pessoas desde a infância, maiores são as chances de se desenvolverem e se tornarem mais autônomas. Já há pessoas com síndrome de Down que se formam na universidade,

#### Uma nova realidade –

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, em vigor desde janeiro, garante aos deficientes o direito de constituir família, da mesma forma que as pessoas sem deficiência

**Art.** 6º A deficiência não

afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para: casar-se e constituir união estável; exercer direitos sexuais e reprodutivos; exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar; conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória; / exercer o direito à família

exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

e à convivência familiar

e comunitária; e

o que antes era impensável. No passado, as famílias escondiam os filhos deficientes, e o isolamento minava qualquer possibilidade de crescimento.

De acordo com a psicóloga Ana Cláudia Bortolozzi Maia, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), as famílias ainda têm se omitido na educação sexual dos filhos com deficiência. Muitas, diz ela, acreditam erroneamente que eles não têm sexualidade.

— Acham que o filho é incapaz e o tratam eternamente como criança, mesmo quando ele já é adolescente ou adulto. Eles são como todo mundo. A sexualidade está lá e vai se manifestar. A educação sexual adequada evita que engravidem, contraiam aids e sofram abuso e permite que tenham uma vida afetiva e sexual saudável.

Ana Cláudia trabalha há 18 anos com a sexualidade de pessoas com deficiência. De acordo com ela, a inclusão vem avançando a passos tão largos que os estudos acadêmicos, hoje muito focados nas famílias de pais sem deficiência que têm filhos deficientes, brevemente sofrerão uma reviravolta e passarão a se debruçar sobre os desafios dos pais com deficiência intelectual que têm filhos sem deficiência.

#### Prisão

Paulo Paim apresentou o projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência em 2000, quando era deputado. Preocupado com a falta de interesse pelo tema na Câmara, redigiu uma segunda proposta em 2003, quando chegou ao Senado. No caminho, as duas propostas acabaram se fundindo. Em 2015, a versão final foi aprovada pela Câmara e pelo Senado e sancionada pela Presidência da República. A lei entrou em vigor em janeiro de 2016.

Com o estatuto, tanto os deficientes intelectuais quanto os físicos — como surdos, cegos e cadeirantes - deixaram de ser cidadãos de segunda classe. A nova lei obriga a sociedade a remover os obstáculos e a oferecer a ajuda necessária para que tenham acesso pleno a todos os direitos básicos, como a educação, a saúde, o trabalho. Na questão educacional, o estatuto prevê que as escolas regulares estão obrigadas a aceitar alunos com deficiência.

Para que a nova lei não se torne letra morta, há a previsão de penas pesadas para quem desrespeita os direitos dos deficientes. A própria discriminação é punida com a prisão.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência fez mudanças numa série de leis, como a Consolidação das Leis do Trabalho, o Código de

# Jovem com síndrome de Down encara sogro e pede mão de colega em namoro

O pai toma um susto quando um jovem com síndrome de Down o aborda pedindo autorização para namorar a filha adolescente dele, que também tem Down. O desinibido pretendente afirma que não é "de se jogar fora" nem "cafajeste". Ela sorri e pega na mão dele. Encorajado, o rapaz continua a persuasão, garantindo que é"bacana, inteligente e trabalhador".

A emocionante cena ocorreu no final de 2014, em São Paulo, mas só em maio deste ano se tornou conhecida no Brasil inteiro, depois que o vídeo, gravado com um celular, foi postado no Facebook e viralizou. O pedido de namoro já teve 19 milhões de visualizações e 520 mil compartilhamentos (veja o link no final desta página).

Os argumentos convenceram. Passados quase dois anos, o namoro continua firme e forte. Rebeca agora tem 17 anos e Bruno, 22. O pai dela, o empresário Ricardo de Oliveira Martins, de 47 anos, conta que ficou "sem chão" quando ouviu o ousado

A seguir, trechos do depoimento de Martins ao **Jornal do Senado**:

"Eu esperava a Rebeca sair da aula de dança e, de longe, vi que ela estava de mãos dadas com um colega. Senti um frio na barriga. O Bruno veio na minha direção e foi logo disparando todas aquelas palavras com sinceridade e inocência. Fiquei um pouco sem chão na hora, mas acabei permitindo. Achei muito nobre que ele, sem nunca ter me visto, tomasse aquela coragem. Vi que era uma coisa muito pura.

Trânsito Brasileiro e o Estatuto

da Cidade. Alterações no Código

Civil removeram os entraves ao

casamento. O Código Civil agora

considera incapaz a pessoa que,

por algum motivo, não consegue

expressar a própria vontade. Isso

afeta quem tem deficiência inte-

lectual grave e deixa livre quem

sofre de um deficit cognitivo leve.

pressuposto que o deficiente

intelectual era incapaz. Agora

presume que ele tem capacidade

para decidir sobre a própria vida.

Basta que ele diga que deseja

se casar — afirma a promotora

Aymara Borges, do Ministério

A exigência de autorização

judicial para o casamento tinha o

objetivo de proteger o deficiente

de pretendentes oportunistas,

que estavam de olho apenas no

patrimônio do futuro cônjuge. A

decisão do juiz ainda é necessária

quando um dos noivos não con-

segue manifestar sua vontade.

Os cartórios tiveram que se

adaptar. Se antes estava nas

mãos dos juízes, agora cabe

aos oficiais dos cartórios a

responsabilidade por liberar

o casamento de pessoas com

— É uma missão que nos exige

deficiência intelectual.

Público do Distrito Federal.

Antes a lei já partia do

O namoro deles é bem ingênuo. Eles



se falam todos os dias pelo telefone e se veem nos fins de semana. O Bruno passa alguns domingos na nossa casa, almoça conosco. Eles ficam de mãos dadas, se abraçam, se beijam. É muito gostoso ver os dois juntos. Dá para ver a felicidade nos olhos deles.

Na realidade, eles namoram e nós namoramos juntos. Os dois passeiam no shopping, mas minha mulher e eu ficamos uns dez passos atrás. No cinema, nos sentamos a duas ou três fileiras de distância deles. Acho que eles ainda não têm maturidade suficiente para andar sozinhos.

Logo depois de dar autorização ao Bruno, fiquei com a sensação de que o namoro naquele momento seria

sensibilidade — diz o presidente

da Associação dos Notários

e Registradores do Estado de

São Paulo, Leonardo Munari

de Lima. — Temos que perce-

ber no balcão se a pessoa com

deficiência está ou não sendo

coagida ao casamento. Quando

temos dúvida, nós a chamamos

para uma conversa reservada em

outra sala para sentir se essa é

muito precoce. A Rebeca só tinha 15 anos. Mas logo em seguida concluí que aquilo poderia fazer bem para a minha filha e ajudar no desenvolvimento intelectual dela. A Rebeca se espelha muito em duas primas que já têm namorado. Entendi que ela, também namorando, sentiria que é tão normal quanto as primas.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência é um avanço imenso. Só quem tem uma pessoa com deficiência na família sabe como são as barreiras que se enfrentam. Mas acho que a lei deveria ter sido criada muito tempo antes. Minha mulher e eu tivemos bastante dificuldade para encontrar uma escola que aceitasse a nossa

filha. Não nos abriam as portas. Os diretores diziam que não tinham professores capacitados para alunos com síndrome de Down. E isso foi há bem pouco tempo, no começo dos anos 2000. Hoje, felizmente, a realidade é outra. Não fazia sentido que a lei não conferisse a mais completa proteção à pessoa com deficiência. Ela também precisa ter o direito de estudar, de se casar, de não ficar escondida dentro de casa, de não ser discriminada. Excetuando a deficiência, ela é exatamente como eu: sorri, chora, sente dor, sente saudade, tem sexualidade, deseja, sonha. Então por que os meus direitos eram uns e os dela eram outros? Não fazia sentido."

paralisia cerebral quando era bebê. Ela fala e caminha com dificuldade. O casal está junto há 20 anos e tem um filho de 18. - Quando eu era moça, mi-

guém iria gostar de mim. Acabei acreditando que eu nunca iria me casar — ela conta. José Francisco diz que não

olhou apenas a deficiência dela:

nhas primas disseram que nin-

não vê como eu sou?". Respondi que sim, mas queria conhecer o que ela tinha por dentro. Nestes 20 anos, ouvimos muitas risadas de deboche, mas a nossa união sempre foi maior do que o preconceito. Ela é uma ótima esposa e uma mãe exemplar. Não posso reclamar da vida.

— Quando a pedi em namoro,

ela ficou assustada: "Mas você

#### Primeira união O que é mais comum são os

de fato a vontade dela.

casamentos entre duas pessoas com deficiência intelectual. Isso se explica pelo passado recente de segregação. Deficientes só conviviam com deficientes. A tendência é que, com o estatuto, isso mude. Frequentando todos os ambientes e participando mais da sociedade, os deficientes intelectuais passarão a se casar com pessoas sem deficiência.

Um casamento assim ocorreu em fevereiro no cartório da pequena cidade de Artur Nogueira (SP) — foi a primeira união oficializada no país graças à nova lei. O jardineiro José Francisco Dias, de 53 anos, se casou com a dona de casa Rosana de Lima Dias, de 44 anos. Quem tem deficiência é ela, vítima de uma



Promotora de Justiça fala em vídeo da Agência Senado sobre casamento de pessoas com deficiência: http://bit.ly/leilnclusao

### Saiba mais

Estatuto da Pessoa com Deficiência http://bit.ly/lei13146de201 Vídeo mostra pedido de namoro http://bit.ly/pedidoNamoro

Reportagem sobre ensino inclusivo http://bit.ly/1anoLeilnclusao Trailer do filme *Colegas* http://bit.ly/trailerColegas

Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em www.senado.leg.br/especialcidadania